



Pedro Queiroz deixa a prefeitura

Divergências com o prefeito seria a causa principal

Depois de nove anos como Chefe do Gabinete da Prefeitura Municipal, o sr. Pedro Queiroz aposentou-se no último dia 15. Mas a saída de Pedro, considerado por muitos como uma espécie de "Golbery Municipal", deve-se a constantes atritos com o prefeito Aniceto Gonçalves.

Pedro Queiroz assumiu o cargo que ocupava em 1.972, sendo nomeado pelo ex-prefeito Joaquim Severino Martins e permaneceu nele durante a administração atual. Era tido como um dos principais articuladores do PDS local e considerado pela oposição como "o prefeito de fato".

Para substituí-lo, o prefeito nomeou o vice, José Miguel Saliba.

LEIA NA PÁGINA -3-

MIC esclarece sobre o Parque das Nações

Falando a reportagem do DEBATE, Luzia Leocádio, uma das funcionárias da MIC Empreendimentos disse que a empresa está cumprindo todos os encargos do loteamento Parque das Nações.

LEIA NA PÁGINA -3-

SOBAR CAUSA POLUIÇÃO

Apenas um mês após sua inauguração, a Usina de álcool "SOBAR" já é um problema para os moradores de São João do Turvo e adjacências, pois ela está poluindo o rio Turvo e causando a morte de milhares de peixes. (PG. 6)

OPOSIÇÕES INICIAM CONVERSACIONES

Tendo em vista as eleições de 1.982, as oposições de Santa Cruz do Rio Pardo já estão iniciando os primeiros contatos para possíveis coligações ou uniões. Os dirigentes do PT, PMDB e PP também não descartaram a possibilidade do lançamento de um candidato à Assembleia Legislativa. (PÁGINA -3-)

NESTE NÚMERO:

DEBATE CULTURAL

Ritinha Emboava: Santa?

Na edição do suplemento CULTURAL que acompanha este número, um artigo sobre RITINHA EMBOAVA, uma das figuras envoltas num véu de santidade pelas curas que se alegam terem ocorrido graças a ela.

Ritinha Emboava nasceu em São João da Boa Vista e viveu em Santa Cruz do Rio Pardo até 1.931, ano de sua morte.

Vinicius de Moraes

Há um ano atrás, morria Vinicius de Moraes, considerado por muitos como "o poeta do povo".

Na página 3 do suplemento CULTURAL, Luiz Carlos Seixas conta algumas passagens da vida de Vinicius...

Educação e Sociedade

"Dados enunciados pelo Secretário da Educação de São Paulo, em 1.980, revelam que setecentas mil crianças em idade escolar estão fora da rede oficial de ensino, que não tem condições de atendê-las.

Leia na página 4 do suplemento, um artigo do deputado Flávio Flores da Cunha Bierrenbach sobre o tema "Educação e Sociedade".

Regionalismo brasileiro

"Em 1.908 nascia em Codisburgo, Minas Gerais, o escritor que recolocaria o regionalismo no centro da ficção brasileira, operando tal transformação que intencionalmente destruiria a barreira entre o verso e a prosa: GUIMARÃES ROSA. (Página 5 do suplemento)

EM VEZ DOS TROLEIBUS, OS ÔNIBUS QUE GASTAM DIESEL

JOSÉ APARECIDO

O leitor já fez uma parada nos seus afazeres para indagar-se do pouco uso que nossas cidades fazem do troleibus? E será natural que a indagação seja feita, pois não nos ameaçam com os coletivos sem cobradores e sem bancos? E, quando fazemos a pergunta a nós mesmos, estaremos pensando, um exercício saudável que não tem muitos adeptos entre o tal pessoal dos Gats - Grupos de Assessoria Técnica, voluntários que "pensam" e encaminham seus "pensamentos" ao governador. Mas dizíamos, porque nossas cidades utilizam tão pouco os troleibus? Para quem não sabe: apenas quatro cidades brasileiras desfrutam desse transporte. São Paulo, de 59, Santos, 60, Recife, 61 e Araraquara, 62.

O troleibus não queima diesel e não polui. Não tem problemas de ladeira e não faz barulho. É rápido e confortável. Seu tempo de vida é mais longo que os dos ônibus a diesel e suas tarifas podem ser mais baixas. São também mais espaçosos.

Outra pergunta: por que a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano - EMTU - foi extinta sem ter levado à prática o seu programa de troleibus, iniciado com muito entusiasmo e paralisado de repente? Para terminar com indagações, porque a Indústria Vilares construiu um troleibus e parou? São perguntas que foram feitas a pessoas do ramo, especialistas. As respostas? Vão em "off", única forma de se saber e contar coisas neste país. Coisas que envolvem figuras, claro. Quando é para fotografar um negro ou um pobre qualquer e jogar-lhes no rosto adjetivos pejorativos, não faltam fotografos e jornais. Cadeia no Brasil, como disse recentemente um magistrado, é para pretos e pobres.

Há no Brasil uma multinacional que fabrica ônibus. Ou melhor, motores e chassis. As carrocerias ficam para outras empresas. Esta empresa, segundo informações de técnicos, possui um quadro de relações públicas que tem mais de 200 "especialistas". Não será preciso dizer que esses especialistas são ou já foram figuras importantes. Há, desde ex-ministros, até militares reformados. Claro que não ganham sola, mas salários elevados. Com muito jeito e técnica, essas pessoas fazem com que os administradores esqueçam as vantagens do tro-

leibus e aceitem o ônibus barulhento, poluidor, queimador de petróleo e incômodo. E só uma coisa assim poderia explicar nosso desinteresse pelos troleibus. Há, no quadro de defensores da tal multinacional, até jornalistas. E foi para isso que nossa fonte chamou atenção. Através da imprensa, a multinacional vem "informando" que os ônibus do Brasil consomem apenas 6% do petróleo importado pelo país.

Essa não é a verdade. Mas a verdade não interessa aos que vêm ao nosso país em busca de lucros e só lucros. Poucos lhes importa se o país tem uma dívida gigante ou se suas reservas minerais estão, como é caso do minério de ferro de Minas Gerais, em vias de se esgotar. Desfrutam de vantagens que nenhum grupo nacional já teve. Não é por

acaso que estão sempre dispostas a financiar golpes e forçar regimes de arrocho salarial.

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos foi extinta pelo governador Paulo Maluf. Provavelmente, com base em informações técnicas fornecidas por pessoas que não estavam interessadas em troleibus, mas ônibus. Ao se saber de coisas como essas e nada poder fazer em defesa dos interesses do país ficamos não apenas revoltados, mas fazendo outras indagações. E, a pergunta que nos vem à cabeça com mais frequência é a de: "Até quando???"

JOSÉ APARECIDO foi até pouco tempo Editor Regional da Folha de S. Paulo, sendo atualmente um de seus repórteres especiais

INDICADOR PROFISSIONAL

Corrija seus dentes em SANTA CRUZ:

Aparelhos fixos ou móveis com Especialista em Ortodontia, DR. SYLVIO BORG, no consultório do dr.

CLÉLIO ZANONI

CRO 7367
CIC 042221728

Rua Quintino Bocaiuva, 153
FONE 72-1186
SANTA CRUZ DO RIO PARDO

DR. DANILO DA

SILVA CASTANHO

-cirurgião dentista-

ATENDE-SE DE 2a. a 6a., DIA E NOITE!...

Consultório:

Avenida Tiradentes, 1102
SANTA CRUZ DO RIO PARDO.

- Jussara M. Camarinha -

ODONTOPEDIATRIA

HORÁRIO: 8 às 12 horas
14 às 18 horas

- Jorge Carlos A. Silva -

CIRURGIÃO DENTISTA

HORÁRIO: SEXTA: - 20 às 23 horas
ADULTOS SÁBADO: 8 às 12 horas
13 às 18 horas

CONSULTÓRIO:

Rua Conselheiro Antonio Prado, 912
SANTA CRUZ DO RIO PARDO - Estado de S. Paulo

JOAO A. P. NANTES

- advogado -

CAUSAS: CIVIL,
CRIMINAL,
TRABALHISTA.

Escritório:

R. Euclides da Cunha, 522
FONE 72-1770
SANTA CRUZ DO RIO PARDO-

NILVIA

BRANDINI NANTES

- cirurgiã dentista -

CRO 18.534
CIC 799062758/87

De segunda a sábado, atende-se com hora marcada...

R. Benjamim Constant, 799
FONE 72-1544 - SCRPARDO -

FERNANDO MORAIS

MATAR DOIS COELHOS COM UMA SÓ CAJADADA

Vira e mexe volta à baila o gravíssimo problema de terras. Questão estrutural de nossa formação econômico-social, sua solução vem sendo adiada, pelo menos desde a Revolução de 1930, tornando-se, cada vez mais, motivo de comoção nacional. A recente intensificação dos conflitos de posse e as perorações demagógicas do senador Jarbas Passarinho colocam dramaticamente a questão dos limites do processo de transição política que vivemos.

Com frequência se tem ouvido propostas de "pacto social", ou seja, um sistema de compromissos recíprocos entre os grupos dominantes e as massas trabalhadoras. Diz-se, inclusive, que dele depende a abertura política. Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, "se não houver de parte de nossas elites dirigentes a consciência de que a reformulação de nossa economia não pode ser feita à margem de uma redefinição do pacto social brasileiro, perdurarão as condições da crise atual".

Ora, no que se refere à Agricultura está mais do que claro que qualquer "redefinição de pacto social" passa necessariamente pelo isolamento político dos latifundiários e pelo atendimento das reivindicações dos trabalhadores agrícolas formuladas com meridiana clareza nas Resoluções do III Congresso da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e reafirmadas, há poucos dias na CONCLAT. Os dois encontros resolveram exigir do Governo "a imediata decisão política de implantação da Reforma Agrária, massiva e drástica".

Tratar-se-ia de uma opção de difícil implementação? Muito pelo contrário. Há mais de uma década o país dispõe de uma buriladíssima legislação de reforma agrária e todas as propriedades rurais estão devidamente cadastradas pelo INCRA. Segundo esse mesmo organismo, em 1972, as propriedades classificadas como latifúndios, isto é, mantidas "deficiente ou inadequadamente exploradas", ocupavam 287 milhões de hectares. Uma vez descontadas as áreas inaproveitáveis e as reservas legais de floresta, sobram 227 milhões de hectares aptos a produção agropecuária, mas mantidos quase em abandono por seus donos. Essa área seria suficiente para dar moradia e trabalho a vários milhões de famílias de lavradores, reduzindo a miséria existente no campo e aumentando a disponibilidade de alimentos para o conjunto da população.

Nos últimos anos a situação ficou ainda mais grave. Os resultados do Censo de 1975 e os dados preliminares da atualização cadastral para 1978 indicam que se acentuou tanto a concentração latifundiária quanto a expulsão dos trabalhadores das fazendas onde viviam de parcerias, arrendamentos ou salários, ou de pequenas posses e propriedades nas quais conseguiram mal ou bem - resistir. Em 1978, a área ocupada pelos latifúndios atingiu os 85,5 por cento das terras cadastradas pelo INCRA.

Mantendo-se a tendência da década de 70, mais de um milhão de pessoas ativas serão expulsas anualmente da agricultura, inchando as favelas ou essas modernas senzalas que são os canteiros de mão de obra da indústria de construção civil.

A base para qualquer solução desse problema está no desarquivamento do Estatuto da Terra e de sua legislação complementar. Isto possibilitaria uma rápida desapropriação de imensas áreas nas zonas já declaradas "prioritárias para fins de reforma agrária" e a entrega a cada família "sem-terra" de um lote que lhe permitiria morar e trabalhar no que é seu. E assim se matarem dois coelhos com uma só cajadada: um grave problema social teria um bom começo de solução e, de quebra, o crescimento da produção de alimentos contribuiria para reduzir as taxas inflacionárias.

No entanto, o governo Figueiredo, em que pese suas intenções aberturistas, mantém o mesmo pavor de desencadear a aplicação do Estatuto da Terra que manifestaram seus predecessores, sobretudo Médici e Geisel. O que só vem confirmar que os parasitas latifundiários continuam a ter muitas cadeiras cativas no Palácio do Planalto. Enquanto essa situação perdurar, não haverá chances de solução, ainda que parcial, ao problema fundiário. Só a vitória das oposições nas eleições de 1982 e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana criarão as condições políticas necessárias para que essa deformação histórica de nossa sociedade encontre uma via de resolução.

FERNANDO MORAIS é Jornalista, Deputado Estadual e Vice-líder do PMDB na Assembleia Legislativa do Estado.

